

Viver e morrer entre irmãos: as irmandades e ordens terceiras de Salvador-BA

Edilece Souza Couto¹

Resumo: A vivência religiosa dos católicos de Salvador nos séculos XVIII e XIX foi marcada pelas devoções leigas. As irmandades e ordens terceiras foram responsáveis pela prática da ajuda mútua entre seus membros a fim de proporcionar o bem viver e também os ritos necessários para que os fiéis cristãos tivessem uma boa morte e alcançassem a salvação. Neste artigo, analiso as práticas religiosas, como as formas de festejar os santos, as encenações da Paixão e morte de Cristo e a assunção de Maria, assim como os ritos fúnebres dos leigos entre o final do Império e a República para compreender as permanências e mudanças nas concepções de vida e morte no catolicismo baiano.

Palavras-chave: Bom Jesus; Nossa Senhora da Boa Morte; Procissões; Irmandades; Ordens Terceiras.

Living and dying among brothers: brotherhoods and third orders in Salvador-BA

Abstract: The religious experience of Catholics in Salvador along the eighteenth and nineteenth centuries was marked by lay devotions. Brotherhoods and third orders were accountable for both the practice of mutual assistance among their members to favor good living, and the rites required for the Christian believers to have a good death and achieve salvation. In this paper, I have analyzed religious practices, such as the ways of celebrating saints' feasts and staging the Passion and death of Jesus Christ, the Assumption of Mary and lay funeral rites between the late Empire and the Republic, aiming at understanding permanencies and changes in the conceptions of life and death in Catholicism in Bahia.

Keywords: Brotherhoods; Third Orders; Feasts; Processions; Funeral rites.

Recebido em 22/12/2013 - Aprovado em 15/01/2013

¹ Edilece Souza Couto é doutora em História pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, *campus* de Assis-SP, e professora do departamento de História da Universidade Federal da Bahia – UFBA. É autora dos livros *A Puxada do Mastro* (Ed. Maramata, 2001); *Tempo de Festas* (EDUFBA, 2010) e co-autora, com Waldir Freitas Oliveira, de *Colégio Antônio Vieira (1910-2011)* (EDUFBA, 2011), além de capítulos de livros e artigos sobre Cristianismo, festas, devoções e religiosidades. edilece@ufba.br

O Bom Jesus “é o epílogo das felicidades na terra e a porta segura para a entrada nas do Céu” (Estatutos da Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim, 1919).

Bom Jesus, “És o eterno farol, és o guia/ És, Senhor, sentinela avançada/ És a guarda imortal da Bahia” (João Antônio Wanderley e Arthur de Sales, 1923).

Associações leigas

As irmandades e ordens terceiras são associações leigas para o culto aos santos. Além de um forte caráter devocional exteriorizado, essas associações promoviam a sociabilidade, a ajuda mútua e a assistência espiritual e material durante a vida e na hora da morte (funeral, sepultamento na capela, nos carneiros ou no cemitério próprio e, ainda, pensões para a viúva e os órfãos). Nas confrarias de negros, alguns escravos poderiam ser ajudados na compra da alforria. Portanto, a existência das irmandades era bem vista pela Igreja e pelas autoridades administrativas da Bahia. O clero considerava esses agrupamentos como garantia de catequese, da conservação dos valores católicos e do controle sobre a fé dos baianos. E os políticos ficavam livres da responsabilidade de socorrer os necessitados prestando-lhes serviços de saúde.

Ao analisar a documentação sobre as devoções leigas de Salvador, nos chama a atenção a quantidade de associações para o culto ao Cristo crucificado. Muitas procissões e encenações da Paixão e morte do Bom Jesus foram realizadas pelas irmandades e ordens terceiras. Entre 1645 e 1783, identifiquei a fundação de oito irmandades e duas ordens terceiras que realizavam procissões na Semana Santa para representar a Paixão, a morte e o enterro de Cristo.

Mas quem é o Bom Jesus? Assim como a Virgem Maria, Jesus tem muitas invocações. É o Bom Jesus dos Navegantes, que auxiliava os homens do mar na sua vida diária, no transporte de mercadorias e na pescaria. É, ao mesmo tempo, o Senhor Bom Jesus do Bonfim, que, invocado por traficantes de escravos e comerciantes, proporcionava o fim vitorioso de uma viagem transatlântica, o bem morrer e a salvação da alma, sua entrada segura no céu. Na Bahia colonial desenvolveu-se um importante culto ao Bom Jesus dos Navegantes, Bom Jesus do Bonfim e Nossa Senhora da Boa Viagem na busca de proteção aos fiéis nas viagens marítimas. O Cronista João da Silva Campos nos dá uma boa justificativa para essa intensa devoção:

Viajar, no tempo da navegação à vela, era passo mui arriscado e temerário que se dava na vida. Além das embarcações não oferecerem a segurança que os vapores vieram proporcionar aos que têm necessidade de se transportar sobre o oceano, as viagens eram demoradíssimas; a falta de comodidade, absoluta; o rancho, péssimo e malsão; e ao demais de tudo isso, ainda em começos do segundo quartel do século passado, os mares viviam infestados de

piratas e corsários, que agiam até à vista das naves de guerra e das fortalezas.

De tal sorte, os cristãos fervorosos não empreendiam jornadas marítimas sem muitas preces e promessas a Deus, Nossa Senhora e aos de sua devoção. Em se tornando aos lares, de volta de perigosa empresa, lá se vinham então oferecimentos de ex-votos, as romarias, as dádivas pecuniárias, as penitências que iam levar, fazer, entregar e cumprir, em determinados templos (CAMPOS, 2001, p. 222-223).

A Virgem Maria também era considerada propiciadora da boa viagem, boa morte e entrada no paraíso celeste. Duas irmandades de Salvador dedicavam-se à devoção a Nossa Senhora com as invocações das Angústias e da Boa Morte.

Usando nomes diversos e adotando critérios sociais ou de cor para a admissão de seus membros, as associações estavam assim definidas: Bom Jesus dos Santos Passos e Vera Cruz, Bom Jesus da Cruz (pardos), Senhor Bom Jesus do Bonfim (brancos), Bom Jesus das Necessidades e Redenção (africanos jêje), Bom Jesus dos Martírios (crioulos), Bom Jesus dos Passos dos Humildes (moradores da Rua do Tingui), Bom Jesus da Paciência (pardos) e Bom Jesus dos Navegantes (brancos), Ordem Terceira dos Carmelitas do Boqueirão e Ordem Terceira do Carmo. Duas Irmandades, Nossa Senhora das Angústias e Nossa Senhora da Boa Morte, festejavam a assunção da Virgem. Assim, os baianos, reunidos em irmandades e ordens terceiras de brancos, pretos e pardos, em diferentes freguesias tinham objetivos diversos ao reverenciar o Filho de Deus e a Virgem Maria. Pediam a sua intercessão para realizar proveitosas e tranquilas viagens marítimas, boa pescaria, a cura dos males do corpo, ter uma boa morte e a salvação das almas.

As principais festas e procissões em homenagem ao Cristo crucificado e a Nossa Senhora das Angústias e Nossa Senhora da Boa Morte aconteciam em janeiro, durante a Semana Santa e em Agosto. Estavam assim distribuídas: No dia 1º de janeiro, assim como ainda acontece todos os anos, os irmãos festejavam o Bom Jesus dos Navegantes; no segundo domingo após a Epifania, ou seja, após o dia de Reis (06 de janeiro), os irmãos da Devoção do Senhor do Bonfim percorriam em procissão, e atualmente assim o fazem, as ruas da Península do Itapagipe; todas as sextas-feiras da Quaresma, em vários pontos da cidade, os fiéis realizavam as procissões dos passos, da via sacra, do encontro das imagens de Cristo carregando a cruz e Maria, e do enterro do Senhor; em 15 de agosto, realizavam-se as procissões de Nossa Senhora das Angústias e do enterro de Nossa Senhora da Boa Morte. Esse é o calendário das encenações da Paixão, morte e enterro de Cristo e da assunção de Maria.

Na longa duração, da Colônia à República, eram muitas as procissões organizadas pelos leigos que percorriam as ruas das freguesias da Cidade Alta (Sé, Santana, Passos) e da Cidade Baixa (Conceição da Praia, Boa Viagem e Penha), durante a Semana Santa. Encenava-se a Paixão e morte de Cristo e as dores da Virgem Mãe. As procissões aconteciam em espaços fechados, os claustros dos conventos, ou nas ruas.

Portanto, a devoção é, ao mesmo tempo, uma sensação interna e individual e uma demonstração espetacularizada da fé, por meio dos ritos católicos (missas), procissões e festas. Na Semana Santa e em agosto (momento em que a Igreja afirma que Maria ascendeu ao céu de corpo e alma), o teatro religioso edificante, em sua exterioridade cênica, ritualizava e atualizava o sacrifício e a morte do Filho de Deus e a dor e a compaixão da sua mãe Maria.

Festas e procissões para o Bom Jesus e Maria

Segundo Mircea Eliade (1992, p. 75), “Seja qual for a complexidade de uma festa religiosa, trata-se sempre de um acontecimento sagrado que teve lugar *ab origine* e que é, ritualmente tornado presente. Os participantes da festa tornam-se os contemporâneos do acontecimento mítico”. Assim, realizar anualmente festas e procissões aos santos, mas do que encenar a vida e a morte das entidades como forma de catequese, significa reatualizar seus mitos, tornando-os presentes, contemporâneos. Para os fiéis católicos homenagear o Cristo crucificado e a Virgem Maria é participar ativamente das suas vidas, compartilhar as suas angústias e dores. Por isso a necessidade de reatualizar o sofrimento, a morte e o enterro de Cristo, a angústia, a dor da mãe Maria e a sua subida ao céu.

No dia 1º de janeiro, além de saldar a entrada de um novo ano, os soteropolitanos fazem uma procissão marítima em homenagem ao Bom Jesus dos Navegantes. Desde o início da colonização portuguesa, a própria geografia da cidade do Salvador inspirava a construção de igrejas e o desenvolvimento de devoções às margens da Baía de Todos os Santos. Assim, marinheiros, pescadores e remadores e trabalhadores dos portos da Cidade Baixa frequentavam as igrejas da Conceição da Praia, Nossa Senhora dos Mares, Nossa Senhora de Mont Serrat, Nossa Senhora da Boa Viagem e do Senhor Bom Jesus do Bonfim cultuando um Cristo crucificado que representava a vida e a esperança de bonança nas atividades do mar.

A festa do Senhor Bom Jesus dos Navegantes começa no dia 31 de dezembro. É impossível datá-la, mas tudo indica que tenha sua origem no século XVIII quando, em 1710, os frades franciscanos receberam, por doação de dona Lourença Maria de Negreiros, o terreno para a construção de igreja e hospício. O templo foi concluído em 1743. No último dia do ano, após a realização da novena, a imagem do Bom Jesus dos Navegantes é transportada por mar até a rampa do cais Cayru, próximo a Igreja da Conceição da Praia, onde a imagem da Imaculada Conceição espera pelo desembarque do seu Filho. Às 10h do dia seguinte, as imagens são novamente embarcadas e seguem em procissão marítima para a Boa Viagem. Até 1890, o transporte das imagens era feito em embarcação do Arsenal da Marinha. Porém, em 1891, sob a alegação da separação entre a Igreja e o Estado, o inspetor proibiu tal concessão. Os devotos, então, construíram a Galeota do Povo, utilizada para esse fim até os dias atuais. A alegria da homenagem ao Bom Jesus dos Navegantes e Nossa Senhora da Boa Viagem pode ser percebida na seguinte descrição do cronista João da Silva Campos:

Via-se a orla marítima da cidade-de-baixo, desde a Alfândega até o Cais Dourado, e especialmente o trecho próximo ao local do desembarque, garridamente enfeitado de arcos de folhagem, cordões de bandeirinha de papel fino, e de galhardetes atados a pontas de varapau, tudo feito às custas dos saveiristas, ganhadores e vendeiras do bairro comercial. Improvisavam-se toscos botequins para a venda de apimentados e azeitados quitutes, e de aguardente, em meio a elevadas rumas de abacaxis e de melancias, balaios de mangas, de cajus, e de laranjas temporanas. Fervilhava a multidão fusca. Batuques. Sambas. Rodas de capoeiragem. Ouviam-se pandeiros, cavaquinhos, violas harmônicas, berimbaus e palmas cadenciadas. Um pandemônio. Vozeiro confuso. Ditos e gestos licenciosos. Exclamações neumáticas de ébrios (CAMPOS, 2001, p. 215-216).

Ainda no mês de janeiro, os soteropolitanos festejam o Bom Jesus do Bonfim. A Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim foi criada em 1745 pelo capitão de mar e guerra e traficante de escravos Theodózio de Farias e outros portugueses residentes na Bahia. A história da irmandade revela que, apesar de diversos pedidos de licença e da constituição oficial da Mesa (juiz, escrivão, tesoureiro, procuradores, zeladores e benfeitores, como também mordomos e juiz da festa), não se conseguiu a aprovação oficial nos anos de 1793, 1836, 1854, 1872, 1885 e 1894. Não há explicações convincentes para as negativas. Martien Grotelears (1983, p. 28), afirma que as dificuldades fazem parte da configuração da relação Estado – Igreja após a Proclamação da República. Ora, muitas associações tiveram seus compromissos, novos ou reformulados, aprovados nesse período. Não sabemos ao certo, mas, provavelmente a irmandade precisava adequar seu funcionamento às novas regras eclesásticas. Apenas no ano de 1919, depois de 173 anos de luta interna, chegou a aprovação oficial da Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim. D. Jerônimo Tomé da Silva aprovou os estatutos no dia 2 de dezembro de 1919, um ano após a aprovação do Código de Direito Canônico.

Enquanto a festa do Bom Jesus dos Navegantes exaltava a vida, as formas de trabalho relacionadas ao mar, as homenagens ao Bom Jesus do Bonfim tinham duas funções: pedir a proteção do Crucificado nas viagens, mas, também, promover o bem morrer e a salvação da alma. O primeiro Estatuto considera o segundo domingo depois da Epifania (após o dia de Reis, 06 de janeiro) como o dia indicado para celebrar a grande festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim. A data foi confirmada pelo breve apostólico do Papa Pio VII, de 1804, e pela portaria do Arcebispo Primaz Dom Jerônimo Tomé da Silva, de 5 de dezembro de 1914.

Entretanto, nem sempre foi assim. Os irmãos de Devoção, assim como de outras irmandades de Salvador dedicadas ao culto do Jesus Crucificado, realizavam procissões, novena e missas durante a Quaresma, a Semana Santa e a Páscoa. Só em janeiro de 1773, os festejos aconteceram pela primeira vez no segundo domingo após a Epifania. D. Sebastião Monteiro da Vide decidiu pela transferência da festa para o mês de janeiro com a justificativa que os meses de março e abril eram propensos a muita chuva

que impedia os peregrinos de visitar e adorar o Senhor na Colina Sagrada. Assim, o Arcebispo transferiu os festejos do tempo da Páscoa para o ciclo do Natal, colocando a festa do Senhor do Bonfim sob a invocação do Santíssimo, uma das epifanias do Senhor.

A mudança da festa do Bonfim do período da Páscoa para janeiro contribuiu para que o culto se deslocasse do tempo da tristeza, da exaltação da morte, para a alegria da renovação da vida, do ano novo. Assim, as homenagens ao Bom Jesus em Salvador passaram a ocupar dois tempos e ter duas funções diferenciadas. Em janeiro, os festejos do Bom Jesus – nas invocações de Bom Jesus dos Navegantes e Bom Jesus do Bonfim – incluíam procissão marítima, com fogos, samba, rodas de capoeira e banquetes com os quitutes da cozinha afro-baiana, e um cortejo terrestre de 8 km, com saída da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia até a Igreja do Senhor do Bonfim, com a presença dos grupos de samba, dos capoeiristas, das mulheres vestidas à maneira africana (com saias e blusas rendadas e bordadas, panos da costa, jarros de flores e água de cheiro), e dos aguadeiros que, em carroças enfeitadas, levavam água das fontes para a lavagem do templo. Na Quaresma e na Páscoa, as casas e igrejas eram vestidas de roxo e preto e as ruas transformadas em cenário para as compenetradas e tristes procissões dos passos da Paixão e enterro de Cristo. As encenações da morte retornavam em agosto com as procissões das angústias, enterro e assunção de Nossa Senhora da Boa Morte.

Durante a Quaresma e a Páscoa, desde o período colonial, os fiéis católicos de Salvador encenavam o sofrimento, a morte, o enterro e a ressurreição de Cristo. Para a pesquisa sobre as associações leigas da cidade no período republicano, identificamos, até o momento, oito irmandades e duas ordens terceiras que realizavam as procissões da Semana Santa.

As irmandades do Senhor Bom Jesus dos Santos Passos e Vera Cruz, Senhor Bom Jesus da Cruz, Senhor Bom Jesus dos Martírios, Senhor Bom Jesus dos Passos dos Humildes e Senhor Bom Jesus da Paciência e a Ordem Terceira dos Carmelitas do Boqueirão realizavam procissões durante a Quaresma e a Semana Santa, enfatizando os passos da Paixão de Cristo na via sacra. A Ordem Terceira do Carmo realizava a Procissão do Enterro do Senhor e as irmandades do Senhor Bom Jesus dos Martírios e de Nossa Senhora da Boa Morte percorriam as ruas da cidade alta com o préstimo que simbolizava o enterro de Nossa senhora.

Cândido da Costa e Silva (2000, p. 97) afirma que “O ritmo da devoção é pendular. Por um lado, insiste na interioridade de cada um, o que acentua o caráter intimista; por outro, subministra estímulos e apelos projetados pelo cênico, na exteriorização que enche os olhos e toca o coração”. A teatralização e a ritualização da paixão de Cristo eram realizadas de forma intimista nos claustros dos conventos das ordens religiosas. No entanto, os leigos tomavam as ruas com suas encenações, na espetacularização da fé. Eram muitas as procissões da Quaresma e Semana Santa para reatualizar o sacrifício e a morte de Cristo.

Na 2ª sexta-feira da Quaresma a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Santos Passos e Vera Cruz realizava sua procissão. O préstimo saiu da Igreja do Carmo ou da Igreja da Ajuda e encontrava o cortejo de Nossa Senhora das Dores na Faculdade de Medicina – Terreiro de Jesus. Eram sete os “passos” ou “estações” onde ocorriam

paradas. Em cada passo armava-se um pequeno palco, uma capelinha ou um nicho com a cruz e se expunha uma tela com a pintura de um acontecimento da Paixão. Ali aconteciam os sermões, o canto da Verônica e o encontro do Cristo com Nossa Senhora (CAMPOS, 2001, p. 237-239).

Na 5ª sexta-feira da Quaresma era a vez da Irmandade do Senhor Bom Jesus da Paciência ocupar as ruas. Ao invés de palcos, os passos eram representados em sete charolas. O sétimo andor era composto pela Imagem do Bom Jesus carregando a cruz e acompanhada pelos irmãos. Havia ainda uma charola que levava a imagem de Nossa Senhora das Dores, carregada pelos irmãos da Irmandade de Nossa Senhora das Angústias (CAMPOS, 2001, p. 255).

Outra importante Procissão dos Passos era realizada na Freguesia de Santana pelos moradores da Rua do Tingui. Venerava-se uma imagem de madeira esculpida por Bento Sabino dos Reis e vestida de túnica roxa e manto azul claro. O cortejo dirigia-se ao Largo do Desterro. Ali acontecia o encontro de Cristo com Nossa Senhora das Dores, saída do convento das Clarissas, onde era armado um púlpito para o sermão (CAMPOS, 2001, p. 84-92).

A Irmandade do Senhor Bom Jesus da Cruz realizava procissão toda sexta-feira da Quaresma. Reza o Compromisso (1914, Tít. I, Cap. I) que os homens pardos, reunidos nessa confraria, deveriam realizar procissão em todas as sextas-feiras da Quaresma, usando capa branca e murça roxa. A murça era uma vestimenta de cor, em forma de cabeção, usada pelo cônegos, em cima da sobrepeliz e também frequentemente usada pelos membros das irmandades que realizavam os ritos da via sacra.

A irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios realizava sua pomposa procissão na sexta-feira da Paixão. Os homens usavam capa vermelha, murça azul com uma cruz amarela no lado esquerdo. As mulheres distinguiam-se pelo uso de uma fita roxa bordada a ouro. O préstito tinha início com o pãlio, seguido pelo presidente da irmandade e pelo presidente da Província. Em seguida se via um casal representando Eva e Adão expulsos do Paraíso e vestindo roupa de penitência. Logo atrás vinha o “Anjo Exterminador, de espada flamejante em punho”. Depois aparecia a Árvore do Bem e do Mal. Em filas duplas seguiam as outras irmandades convidadas (CAMPOS, 2001, p. 149).

A documentação das irmandades e os registros de observação dos cronistas revelam que as procissões das sextas-feiras da Quaresma eram concorridas, luxuosas nas ornamentações dos andores e na indumentária dos leigos. No entanto, os cortejos mais emocionantes, que provocavam lágrimas e consternação dos fiéis, eram as procissões do enterro.

A Procissão do Enterro do Senhor era uma das mais concorridas da Semana Santa. Porém, outras cerimônias aconteciam dentro das igrejas antes da saída do préstito. O cronista João da Silva Campos comenta os cuidados corporais que os fiéis tinham para com o Senhor morto. Na quinta-feira, na igreja da Ordem Terceira do Carmo, os irmãos buscavam a imagem na “Casa dos Santos” ou “Gruta”, depositando-a no coro baixo do templo para a adoração. Na manhã de sexta-feira, às 9h, era realizada a União da Imagem.

Consiste a devota operação em abluir-se a imagem com uma mistura de vinho branco fino e bálsamo perfumado. [...] Embebem-se flocos de algodão no líquido, e cada circunstante toma a sua porção passando-a e repassando-a na imagem, que fica assim inteiramente abstergida. O algodão utilizado na pia tarefa guarda-se cuidadosamente, sendo empregado por meio de fricções, na cura de enfermidades.

Concluída a “unção”, as senhoras mudam os lençóis e a fronha do esquiife, tudo do mais fino linho e esmeradamente bordado, constituindo semelhante encargo devoção rigorosamente observada, de determinadas famílias, passando de mãe a filhas. A seguir cobrem a imagem de flores, dispondo por cima, finalmente, uma colcha mui rica (CAMPOS, 2001, p. 289-290).

Terminada a unção, o Senhor Morto era transportado para a capela-mor, revestida de tecido negro, onde já se encontravam as imagens, em tamanho natural, da Virgem Maria, Maria Madalena e São João Evangelista. Ali permaneciam até a hora dos rituais da Sexta-feira Santa. O Compromisso da Ordem Terceira do Carmo determinava como deveria ser feita a procissão:

A procissão do Enterro do Senhor será feita impreterivelmente e com a máxima solenidade na Sexta-feira Santa, havendo sermão do Santo Enterro antes da saída e levando nela o pendão, a cruz da Ordem. O esquiife com a imagem do Senhor Morto debaixo do pálido e o andor da Virgem Santíssima da Soledade com o Santo Sudário nas mãos, acompanhado dos anjos que têm de conduzir os emblemas do martírio do Senhor (COMPROMISSO..., 1912, Cap. 49).

João da Silva Campos (2001, p. 290-295) acompanhou a procissão do Enterro em 1930 e nos revela os detalhes e a ordem do préstito. Em primeiro lugar, o pároco proferia o Sermão do Enterro do Senhor.

Os meninos do coro iniciavam o cortejo carregando o pendão com a inscrição S. P. Q. R. (*Salva populum quem redimisti* – Salva o povo que remiste). A cruz da Ordem Terceira do Carmo, entre duas tochas, era carregada por um irmão. Atrás se viam cinco anjos, ou seja, cinco meninas “vestidas de branco e coroadas de grinaldas de folheta dourada” levando as insígnias da Paixão de Cristo: um cálice, representando o sangue; um pão, o corpo; cinco cravos; as duas últimas crianças levavam a cruz. Mais três meninas, vestidas de túnicas roxas, representavam as três Marias: Betânia, Cleofas e Salomé. A Verônica, escolhida entre as moças da comunidade a que tivesse a mais bela voz, carregava o sudário e cantava em latim a cada estação. Após essas figuras aparecia o esquiife do Senhor Morto sob o pálido, seguido de dois homens representando os discípulos José de Arimatéia e Nicodemos que retiraram o corpo de Cristo da cruz.

Eram convidados de honra e assumiam lugares importantes na procissão, os irmãos das ordens terceiras de São Francisco, São Domingos, da Santíssima Trindade e

de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão, dispostos em filas duplas. Os irmãos terceiros franciscanos carregavam o andor de Nossa Senhora da Soledade. Atrás iam duas pessoas representando São João Evangelista e Maria Madalena. Fechavam o préstito os demais fiéis e a banda de música da polícia. No retorno à igreja o pároco proferia o Sermão das Lágrimas com grande comoção por parte dos fiéis.

Vale ressaltar que a procissão mais espetacular era a organizada pela Ordem Terceira do Carmo. Porém, na sexta-feira da Paixão, em todas as igrejas onde fossem celebrados os ritos, principalmente as vigílias em torno da imagem do Senhor Morto, fazia-se a procissão do Enterro do Senhor. As encenações e ritos fúnebres para o culto da Família Sagrada voltavam a acontecer no dia 15 de agosto quando a Igreja Católica comemora a assunção de Maria, ou seja, a sua elevação aos céus em corpo e alma. Em Salvador, duas irmandades, Nossa Senhora das Angústias e Nossa Senhora da Boa Morte, ao entardecer do dia 14, realizavam a Procissão do Enterro de Nossa Senhora.

A Festa da Assunção de Maria, em 15 de agosto, é uma das mais importantes do culto mariano. A Igreja Católica prega que Maria teve um bem morrer, ou seja, se preparou para o momento da morte, e ascendeu ao céu de corpo e alma. Jacopo de Varazze (2003, p. 657-659), na *Legenda Áurea*, inicia o texto sobre a assunção informando que o relato foi tirado de um livro apócrifo atribuído a São João Evangelista. Segundo consta nesses escritos, após a morte de Jesus, Maria permaneceu no oriente e os apóstolos percorriam as diferentes partes do mundo para pregar. A Virgem recebeu a visita de um anjo que lhe deu instrução para que ela se preparasse para o encontro com seu Filho. O anjo lhe deu uma palma que deveria ser colocada junto ao seu esquife. Conta-se que todos os apóstolos foram levantados por nuvens e transportados até Maria.

Conta-se que quando Maria estava reunida com todos os apóstolos, com velas e tochas acesas, Jesus chegou “com os anjos, a assembleia dos patriarcas, a tropa dos mártires, o exército dos confessores e o coro das virgens” e “a alma de Maria saiu do seu corpo e voou nos braços de seu filho, liberada da dor da carne da mesma forma que fora isenta da corrupção” (VARAZZE, 2003, p. 659-662). Jesus deu ordens para que cuidassem do corpo, que foi lavado e colocado no esquife junto com a palma que resplandecia. Os apóstolos levaram o corpo à sepultura e sentaram-se em torno do caixão. Após três dias, Jesus, acompanhado de uma multidão de anjos, veio buscar sua mãe. A alma de Maria aproximou-se de seu corpo, saiu do túmulo e subiu aos céus.

A partir desse acontecimento mítico, os cristãos passaram a festejar a Assunção de Maria. Não se sabe exatamente quando essa festa começou a ser realizada em Salvador. A principal procissão era realizada por homens e mulheres de cor negra e nascidos no Brasil, pertencentes à Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios, reunidos na igreja da Barroquinha. As mulheres ocupavam papel de destaque nas homenagens a Virgem.

Saindo a procissão, as crioulas da devoção carregavam o esquife da Senhora até o alto da ladeira. Eram aquelas criaturas, negras do partido-alto endinheiradas, pimponas, as mais moças cheias de denges e momices. Estonteava a indumentária custosa que então

exibiam, a ourama profusa que traziam. Traziam a tiracolo uma fita larga de cetim branco, bordada a ouro (CAMPOS, 2001, p.361).

Quando o cortejo alcançava o alto da ladeira, na entrada do Largo do Teatro São João, o andor era passado às mãos dos irmãos da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios. Como nos informa Silva Campos (2001, p. 361), “Ia o esquife sob o pálido, acompanhado do capelão de sobrepeliz, e da Mesa. Não havia música, indo as negras a cantar benditos”. Não raro, ao passar pela Ladeira de São Bento, o préstito encontrava outra procissão, a de Nossa Senhora das Angústias. Era o momento da Senhora da Boa Morte voltar a ser carregada pelas mulheres até a sua igreja. Após a procissão, havia na Igreja a veneração da imagem da Senhora, “jacente no seu lindo féretro, rodeada de círios e de flores”.

[...] No adro, vendedeiras mercadejavam doces e comidas. Malandros dedilhavam violões e cavaquinhos. Ouviam-se modinhas. Samba-se e batucava-se. Ao som de berimbaus, capoeiras ciscavam, dançavam de velho, e davam aús e rasteiras (CAMPOS, 2001, p.362).

As encenações do sofrimento, da morte e do enterro de Cristo e Maria eram importantes para reatualizar os acontecimentos míticos, para pedir pela salvação das almas, mas também para lembrar aos membros das associações leigas que era preciso cuidar do bem morrer dos irmãos. Assim, uma das principais funções desses grupos religiosos era realizar os ritos fúnebres e garantir a todos o enterro cristão.

Atitudes perante a morte e ritos fúnebres entre os irmãos

Até a década de 50 do século XIX, Salvador possuía três cemitérios públicos: Campo da Pólvora, na Freguesia de Santana, sob a administração da Câmara (séc. XVIII) e Santa Casa de Misericórdia (séc. XIX) e desativado em 1844. Nele eram sepultados os criminosos, indigentes, suicidas, revolucionários e escravos; Quinta dos Lázarus, construído em 1856 na Baixa de Quintas; Campo Santo, construído em 1836, distante três quilômetros do centro da cidade, no atual bairro da Federação. Todavia, os católicos, principalmente os leigos reunidos nas irmandades e ordens terceiras, preferiam ser enterrados no interior das igrejas ou nos cemitérios e carneiros de suas confrarias.

Na Europa do século XVIII, os funerais barrocos – plenos de orações, velas, missas de corpo presente e cortejos espetaculares com destino aos túmulos das igrejas e confrarias – entraram em desuso. Segundo Ariès (1989, p. 24), até os oitocentos, havia coexistência entre vivos e mortos e “a morte é uma cerimônia pública organizada” pelo próprio moribundo, médico, padre, familiares e confrades. A começar pelo pequeno cortejo que se formava em torno do sacerdote que se dirigia a casa do doente a fim de ministrar-lhe os sacramentos no leito de morte. Após o falecimento havia a encomendação da alma, o velório, o acompanhamento até a sepultura e as missas de

sétimo e trigésimo dias, um ano e assim por diante. Porém, os poucos, as cerimônias foram simplificadas e, por recomendações dos médicos e sanitaristas, os cemitérios passaram a ser construídos fora das cidades.

No Brasil e na Bahia permanecia o costume dos enterros em solo sagrado. Essa situação só começaria a mudar no século XIX. Em Salvador, no dia 26 de outubro de 1836, entrava em vigor uma lei que proibia os enterros no interior das igrejas. O novo destino dos mortos seria o cemitério privado do Campo Santo. No dia anterior, os membros de diversas irmandades e ordens terceiras, vestidos com suas capas, portando suas cruces, bandeiras e insígnias, manifestaram o descontentamento em frente ao Palácio do Governo. Os manifestantes jogaram pedras no prédio onde se localizava a companhia administradora do cemitério. Ainda não satisfeitos, marcharam para o Campo Santo. Colocaram o muro abaixo, arrancaram o portão de ferro, destruíram o telhado da capela, demoliram os carneiros e queimaram os carros funerários. Segundo João José Reis (1991), a Cemiterada, como ficou conhecida a revolta, continuou, de forma mais calma, à noite, pois a população, em sinal de júbilo público, iluminou com velas e tochas as janelas das casas. Segundo o autor, a população ritualizou a revolta.

A documentação das associações leigas demonstra que mesmo após a Cemiterada e a reconstrução do Campo Santo, os irmãos continuaram realizando os ritos fúnebres e cuidavam dos carneiros comprados nos cemitérios públicos. No início do século XX são muitos os memorandos da Diretoria de Higiene Municipal enviados às irmandades com recomendações para que caíssem e fizessem os demais beneficiamentos necessários e urgentes dos seus carneiros (MEMORANDUM..., 1904). Porém, vejamos como as irmandades realizavam os ritos fúnebres.

O Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus da Cruz, de 1874 e reimpresso pela Mesa em 1914, no capítulo II, que trata da mesa administrativa, estabelece as obrigações dos mesários:

Comparecer aos actos festivos e fúnebres, e com a Confraria, logo que esta for para isso avisada; Fazer as Festas, Te Deum e Procissões do Senhor da Cruz, com toda solemnidade e esplendor [...] e quaesquer outras festividades que se lhe offerecer; Crear uma Escola para os meninos pobres na qual se ensinarão gratuitamente os rudimentos da língua vernácula e os princípios da Religião catholica, servindo para a Doutrina Christã o Cathecismo que for approved pelo Exm. Prelado (COMPROMISSO..., 1914, Tít. II, Cap. II., Art. 9).

Participar dos atos festivos e fúnebres aparece como primeira obrigação dos irmãos. O Título IV tem o sugestivo enunciado *Da regalia dos Irmãos, vivos e defuntos, e da Festa, Te Deum e Procissão*. O Capítulo I – *Dos Irmãos vivos e defuntos*, estabelece:

Em todas as sextas-feiras do anno, mandará a Mesa celebrar uma missa no altar do Senhor Bom Jesus da Cruz, bem como as outras

estabelecidas na Pauta, que deve existir na sacristia da capella. [...] Essas Missas serão a canto de órgão e incensadas e todas ellas applicadas aos Irmãos vivos e defuntos, e aos Bemfeitores (COMPROMISSO..., 1914, Tít. IV, Cap. I, Art. 41).

Os irmãos doentes tinham a garantia da assistência espiritual:

O Irmão que tiver adoecido, e que comunicar o seu incommodo ao Presidente, ou à Mesa, si estiver reunida, e para o que ficam também obrigados todo e quaesquer Irmãos que o souberem, será mandado visitar em nome da Confraria e si se achar em perigo de vida, e que necessite de algum dos socorros espirituais, quando não tenha por si quem os promova, o Procurador Geral ou outro Mesário e Irmão, se encarregará de procurar o Parocho respectivo, e em sua falta a qualquer sacerdote, que, com efficacia, lh'os administre e o encaminhe nos princípios eternos da nossa Religião (COMPROMISSO..., 1914, Tít. IV, Cap. I, Art. 42).

Os artigos 44 a 48 tratam especificamente da morte. Cada irmão recebia ajuda material para a realização do enterro. A Mesa estava obrigada a providenciar a celebração de missas no sétimo e no trigésimo dia da morte. Se o irmão e sua família fossem pobres, caberia à administração da irmandade comprar um “caixão singelo” e dispor dos recursos necessários ao sepultamento. Gozariam dos mesmos sufrágios, as viúvas (se não se casassem novamente); os filhos menores de 18 anos e as filhas por toda a vida. Os membros da Irmandade do Senhor Bom Jesus das Necessidades e da Redenção também recebiam ajuda para o enterro. O artigo 19 *Das Disposições Gerais*, informa que “Em caso de extrema penúria provada, o Irmão terá o seu enterro, modesto, e de acordo com as posses da irmandade” (COMPROMISSO, 1913, Art. 19).

Os irmãos da Irmandade do Senhor Bom Jesus da Cruz tinham como obrigação estar presente no velório e no enterro do irmão defunto.

Reunidos os Irmãos e com suas capas, sahirá a Confraria, de Cruz alçada, carregando esta o Procurador de Mordomos, e levando dois Irmãos os tocheiros, os outros com suas tochas, e o Presidente com a vara, e na sua falta, o escrivão, Thesoureiro ou Procurador Geral, e se dirigirão em boa ordem para a casa do irmão fellecido onde lhe lançarão água benta e saberão si o cadáver fora já encommendado pelo Pharoco, e, tendo sido, pegarão seis Irmãos nas alças do caixão, e em acto conduzirão ao cemitério, afim de ser inhumado em um dos carneiros da Confraria (COMPROMISSO..., 1914, Tít. IV, Cap. I, Art. 47).

Nos séculos XVIII e XIX as procissões e encenações da morte de Cristo e Maria eram oportunidades para que os católicos refletissem sobre a própria morte e as de seus familiares. Entretanto, o fim da escravidão, a Proclamação da República e a divulgação dos ideais de modernidade e civilização dos costumes contribuíram para a decadência das associações leigas e, conseqüentemente, as mudanças dos sentimentos em relação à morte e a menor frequência dos ritos fúnebres. É difícil determinar o que mudou na primeira República. Como defende Philippe Ariés (1989, p. 19), as atitudes perante a morte se situam na longa duração e podem parecer quase imóveis no decorrer dos séculos. E cabe ao historiador ser sensível às modificações sem ficar obcecado por elas.

Permanências e mudanças

Em relação às atitudes perante a morte, entre os soteropolitanos as modificações são lentas, quase imperceptíveis. A documentação das irmandades e ordens terceiras parece optar pela inércia. Porém, os silêncios e as lacunas também podem significar resistências às transformações impostas pelas autoridades eclesíásticas. Os compromissos reformulados nas primeiras décadas do século XX mantêm praticamente as mesmas regras para os sufrágios e sepultamento dos irmãos.

O Código de Direito Canônico, publicado em 1918, traz mudanças significativas para a administração das associações leigas, mas não legisla sobre os ritos fúnebres. Logo no início do Título XVIII – *Das Associações dos Fieis em Geral*, o Cân. 684 afirma que “São dignos de louvor os fieis, se derem o seu nome às associações erectas ou ao menos recomendadas pela Igreja; porém fujam das secretas, condenadas, suspeitas ou das que procuram subtrair-se à vigilância legítima da autoridade eclesíástica”. A partir de então, as irmandades e ordens terceiras passaram a ser mais vigiadas pelos párocos e arcebispos. O Cân. 689 determina que “Qualquer associação tenha os seus estatutos examinados e aprovados pela S. Sé ou Ordinário Local”. Não por acaso, no século XX, verificamos frequentes reformas, novas aprovações e reedições dos antigos compromissos.

A Devoção do senhor Bom Jesus do Bonfim, que como vimos, só obteve aprovação eclesíástica para seu documento fundador em 1919, já traz a nova nomenclatura de Estatutos. De acordo com o Estatuto, a Devoção é composta de fieis católicos de ambos os sexos, que sejam competentemente admitidos e que, além de concorrerem com a jóia que lhes competir, cumpram os encargos que lhes forem devidamente impostos. Só serão admitidas pessoas que não façam parte de “sociedade secreta de qualquer denominação e que, por seus bons costumes e outras qualidades, pessoas que se façam merecedoras disso” (ESTATUTO..., 1919, p.1). O Arcebispo Metropolitano é membro nato da Mesa e presidirá suas sessões toda vez que estiver presente.

Os arcebispos Dom Jerônimo Tomé da Silva (1893-1924) e Dom Augusto Álvaro da Silva (1924-1968) fizeram inúmeras tentativas para que os leigos baianos

seguissem as novas regras, promoveram reformas nos compromissos a fim de adequá-los à legislação eclesíastica, incentivaram algumas devoções e menosprezaram outras.

Das oito irmandades para o culto do Bom Jesus ainda atuantes nas primeiras décadas da República, duas tiveram os compromissos reformulados e reimpressos: Irmandade do Senhor Bom Jesus da Cruz e Irmandade de Nosso Senhor Bom Jesus das Necessidades e da Redenção. O mesmo aconteceu com a Irmandade de Nossa Senhora das Angústias e a Ordem Terceira do Carmo. Todas as reformas aconteceram no arcebisado de Dom Jerônimo Tomé da Silva. Percebe-se que o principal motivo das reformulações era colocar as devoções leigas sob a supervisão do clero. O pároco, inclusive, faria parte da Mesa e presidiria as reuniões. A Devoção do senhor Bom Jesus do Bonfim teve seu documento fundador aprovado pela primeira vez em 1919, por Dom Augusto Álvaro da Silva, nos moldes do Código de Direito Canônico.

A Proclamação da República e a separação entre a Igreja e o Estado foram fatores importantes nas tentativas da Igreja Católica de incentivar os cultos de Nossa Senhora e do Cristo Redentor. Se até então predominavam as homenagens a Nossa Senhora das Angústias e a Nossa Senhora da Boa Morte e ao Cristo Crucificado, ou seja, o culto à morte, o clero passou a incentivar o culto à vida, com representações do Jesus adulto e redentor e de Maria como Nossa Senhora da Conceição, especialmente a Nossa Senhora da Conceição Aparecida, que em 1930 recebeu o título de padroeira do Brasil. As encenações das dores, angústias e morte foram aos poucos entrando em desuso e substituídas pelas alegrias da mediação entre os fiéis e Deus, realizadas pela Mãe e pelo Filho. Em Salvador, o culto mais difundido era o de Nossa Senhora da Conceição da Praia, escolhida como padroeira do Estado da Bahia (COUTO, 2010, p. 191-193).

Não se sabe exatamente quando teve início o culto de Nossa Senhora da Boa Morte em Salvador. Alguns autores situam as homenagens no século XIX, porém, é provável que tenham se iniciado nos setecentos, pois temos documentos que revelam a existência da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios na Igreja de Nossa Senhora do Rosário da Barroquinha desde 1764. Frequentavam esse templo homens e mulheres negros e negras e ambos realizavam os ritos católicos em conjunto. Silva Campos (2001, p. 146) registrou que, em 1824, a capela estava deteriorada, cheia de goteiras, com estado de conservação tão precário que os atos do culto foram suspensos. Tudo indica que é dessa mesma época a transferência da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte para a cidade de Cachoeira, no Recôncavo baiano.

Dentre as irmandades do Bom Jesus, apenas a irmandade do Senhor Bom Jesus dos Navegantes e a Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim permanecem atuantes até os dias atuais. A primeira, apesar de cultuar Cristo crucificado, sempre apelou para a alegria das comemorações do ano novo, para a renovação da vida. A segunda foi criada em agradecimento pelas viagens que chegavam a um bom fim e a salvação das almas. Porém, ainda no século XVIII, quando a festa foi transferida da Semana Santa para janeiro, perdeu o significado da Paixão e morte de Jesus para valorizar outras funções. O Senhor do Bonfim, apesar de nunca ter tido o status de padroeiro, passou a receber as maiores homenagens dos baianos.

Entretanto, as mudanças mais significativas no culto ao Senhor do Bonfim aconteceram no século XIX. Em 1804, a Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim permitiu às devotas de São Gonçalo levar a imagem do seu patrono para a igreja. Em períodos de festa, para São Gonçalo, Nossa Senhora da Guia ou o Senhor do Bonfim, elas cuidavam dos ornamentos e lavavam a igreja. José Eduardo Carvalho Filho (1923, p. 163-164), secretário da Devoção, nos deixou um relato dos festejos de 1865. O bando anunciador, formado por mascarados levando a bandeira com a imagem do santo e precedido por um tambor, percorria as ruas de Itapagipe ao largo da Penha fazendo o peditório de esmolos. Em seguida, as mulheres solteiras, vestidas de branco, portando a bandeira com a imagem de São Gonçalo e tochas acesas, ao som de banda de música, percorriam as principais ruas até a igreja. Ao término da caminhada, erguia-se a bandeira no mastro, soltavam-se girândolas de fogos e foguetes. Segundo Carlos Ott (1969, p. 37-38), essas senhoritas foram sendo paulatinamente substituídas pelas mães e filhas de santo dos principais cambblés da cidade. Em 1918 a Devoção do Senhor do Bonfim tomou para si a responsabilidade de promover o culto de São Gonçalo. A lavagem da igreja alcançou enorme sucesso entre os devotos, a ponto da 2ª quinta-feira após a Epifania, dia do ato, se transformar na principal data dos festejos em honra do Crucificado.

No século XX, outra função do Senhor do Bonfim se destacou, a de protetor da Bahia contra ataques externos. Ele se tornou praticamente em um guerreiro, como pode ser observado na letra do hino popular, composto por João Antônio Wanderley e Arthur de Sales em 1923 para comemorar o centenário da Independência da Bahia:

Glória a ti neste dia de Glória
Glória a ti redentor que há cem anos
Nossos pais conduziste à vitória
Pelos mares e campos baianos.
Dessa sagrada colina
Mansão da misericórdia
Dai-nos a Graça Divina
Da Justiça e da Concórdia
Glória a ti nessa altura sagrada
És o eterno farol, és o guia
És, Senhor, sentinela avançada
És a guarda imortal da Bahia.
Refrão
Aos teus pés que nos deste o Direito
Aos teus pés que nos deste a Verdade
Trata e exulta num fervido preito
A alma em festa da nossa cidade.
Refrão

No hino, o Senhor do Bonfim é exaltado como o redentor que conduziu os baianos à vitória nas lutas pela independência em relação a Portugal. Há um apelo para que Ele promova a justiça e a concórdia no Estado. Ele é o farol, o guia a ser seguido nos caminhos trilhados pelos baianos, mas é também o soldado, a “sentinela avançada”, aquele que do alto da sua colina sagrada avista a Baía de Todos os Santos e protege as entradas da cidade do Salvador. Ele é a “guarda imortal” da Bahia. Os versos não tratam das dores, do sacrifício ou da morte do Filho de Deus para a salvação da humanidade, porém exaltam o bem viver, com a predominância de justiça, direito e verdade. Enfim, Ele protege a vida e traz a alegria, é “a alma em festa da nossa cidade”.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARIÈS, Philippe. **Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média.** Lisboa: Teorema, 1989.
- CAMPOS, João da Silva. **Procissões tradicionais da Bahia.** 2ª edição revista. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 2001.
- CARVALHO FILHO, José Eduardo Freire de. **A Devoção do Senhor J. do Bom-Fim e sua História.** Salvador: Typ. de São Francisco, 1923.
- COMPROMISSO da Irmandade do Senhor Bom Jesus da Cruz.** Salvador: Laboratório Eugênio Veiga – LEV, 1914.
- COMPROMISSO da Irmandade do Senhor Bom Jesus das Necessidades e da Redenção.** Salvador: Laboratório Eugênio Veiga – LEV, 1913.
- COMPROMISSO da Ordem Terceira do Carmo.** Salvador: Laboratório Eugênio Veiga – LEV, 1912.
- COUTO, Edilece Souza. **Tempo de festas:** homenagens a Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição e Sant’Ana em Salvador (1860-1940). Salvador: EDUFBA, 2010.
- ESTATUTOS da Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim.** Salvador: Laboratório Eugênio Veiga – LEV, 1919.
- GIGANTE, José Antônio Martins (Org.). **Instituições de Direito Canônico:** Das Normas Gerais e das Pessoas. Braga: Editorial Scientia & Ars Editorial, Vol. 1, 1ª Ed., 1955.
- GROTELEARS, Martien M. **Quem é o Senhor do Bonfim:** o significado do Senhor do Bonfim na vida do povo da Bahia. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MEMORANDUM da Directoria de Hygiene Municipal da Capital do Estado da Bahia. Salvador: Laboratório Eugênio Veiga – LEV, 1904.
- OTT, Carlos. A transformação do culto da morte da Igreja do Bonfim em santuário de fertilidade. **Revista Afro-Ásia.** Salvador: CEAQ, nº 8-9, 1969, p. 36-37.
- PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR. Convento e Ordem 3ª do Carmo In: **Pequeno guia das igrejas da Bahia IV.** Salvador: Prefeitura do Salvador, 1949.
- REIS, João José. **A morte é uma festa:** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

-
- SILVA, Cândido da Costa e. **Os segadores e a messe**: o clero oitocentista na Bahia. Salvador: EDUFBA, 2000.
- VARAZZE, Jacopo de. **Legenda Áurea**: vidas de santos. Tradução do latim, apresentação, notas e seleção iconográfica – Hilário Franco Junior. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.